



O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA DEFINIÇÃO DO PROJETO DE VIDA PELOS JOVENS

REIS, Lílian Perdigão Caixeta

Professora do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica
lilian.perdigao@ufv.br

BARRETO, Maria De Lourdes Mattos

Professora do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica
mmattos@ufv.br

MARTINS, Cláudia Miranda

Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica
cmiranda9@hotmail.com

264

RESUMO

O presente texto problematiza o papel da escola no processo de definição do projeto de vida pelos jovens, com o intuito de tecer uma reflexão sobre o “ser jovem” no espaço escolar. Deste modo, o olhar crítico se debruça sobre a prevalência das relações autoritárias que permeiam o universo escolar, problematizando as práticas pedagógicas embasadas no modelo tradicional do ensino, questionando-se a função social da escola de formar o ser humano em sua completude, para que possam se tornar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, onde foi possível trazer à tona a conceitualização de juventude, projeto de vida e função social da escola, buscando identificar como as instituições escolares podem contribuir com o processo de definição do projeto de vida pelos jovens.

Palavras-chaves: Juventude. Projeto de vida. Função social da escola.

ABSTRACT

This paper discusses the role of schools in the project definition of life by young people, in order to weave a reflection on "being young" at school process. Thus, the critical gaze focuses on the prevalence of authoritarian relations that permeate the school environment, discussing teaching practice-informed on the traditional model of teaching, questioning whether the social function of the school to train the human being in its completeness, that may become critical, reflective, autonomous, able to understand the reality in which they live prepared to participate in economic, social and politics of the country and contributing to building a more just society life citizens. To do so, we performed a literature search, where it was possible to bring out the youth conceptualization, design life and social function of the school, trying to identify how educational institutions can contribute to the process of defining the project life for young people.

Keywords: Youth, social function of school, life project.



Introdução

A produção científica e o debate acadêmico e pedagógico em torno da relação juventude e escola se inscreve no debate mais amplo da própria (in) definição da categoria juventude.

Segundo SPOSITO (2009, p.18), é a partir dos anos 90 que a temática da juventude passa a ganhar um espaço na agenda pública brasileira, produto da intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores. Contudo, DAYRELL (2009, p.58) afirma que as reflexões em torno da relação juventude e escola não experimentaram um crescimento relativo, representando apenas 12,91% do total dos trabalhos.

No entanto, DAYRELL (2009, p.58) expõe que houve uma ampliação significativa das temáticas e das abordagens realizadas em torno da problematização sobre a instituição escolar na sua relação com o jovem, abarcando questões do cotidiano escolar, as relações sociais que aí ocorrem, os processos de ensino e aprendizagem, com uma maior visibilidade do sujeito jovem, sua subjetividade, suas expressões culturais.

O interesse pelo estudo do tema proposto surgiu a partir da observação e constatação de que a condição de “ser jovem” tem sido propagada de forma estereotipada socialmente, inclusive dentro das escolas com *“a incorporação de transgressões, provocações e contestações e como exposições da desordem dos desejos, dos corpos, da intensidade passional, das reações e sentimentos irracionais. Violentos, indisciplinados”* (ARROYO, 2011, p.243).

Acreditando que a escola deveria representar um espaço apropriado para o desenvolvimento humano em sua totalidade percebemos que esta instituição tem restringindo o seu trabalho com o foco no desenvolvimento cognitivo apenas, baseado em um ensino tradicional, através de relações autoritárias. Desta forma, com raras exceções, a escola não tem contribuído para o desenvolvimento físico, social e pessoal, levando a um enfraquecimento desta instituição.

Neste sentido, realizou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de abordar a conceitualização de juventude, projetos de vida e função social da escola. Em seguida, realizou-se a análise e discussão da relação estabelecida entre os jovens e a escola, buscando identificar como esta instituição pode contribuir no processo de definição do projeto de vida pelos jovens.



Diante deste trabalho, surge a necessidade de se repensar a identidade do sistema escolar, fortalecendo esta instituição como locus apropriado para desenvolvimento do ser humano, capaz de contribuir significativamente para sua inserção social. O fortalecimento da instituição escolar, através da inserção dos pressupostos democráticos e participativos pressupõe destacar o protagonismo juvenil positivo, onde a escola oportunizará a vivência do diálogo, da negociação e da convivência com as diferenças sociais.

A partir desse breve panorama, é possível perceber as lacunas existentes que perpassam a questão da juventude e da escola, apontando para a necessidade de novas pesquisas que deem conta da realidade cada vez mais complexa que envolve os jovens na sua relação com a escola, buscando com isto retomarmos a credibilidade da educação, por acreditar que:

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. (FREIRE, 2001, p.67).

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento deste artigo, buscou-se construir um referencial teórico, sobre a juventude e as suas relações com a escola, problematizando o lugar que esta instituição ocupa no processo de definição do projeto de vida pelos jovens, questionando a função social da instituição escolar, realizando para tanto uma pesquisa exploratória, a partir do levantamento bibliográfico.

Segundo GIL (2008, p.50) a pesquisa bibliográfica é “*desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos*”. Onde a sua vantagem está no fato de “*permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente*”.

A opção pela pesquisa bibliográfica teve como finalidade entrar em contato com as produções e registros dos últimos 15 anos a respeito do tema proposto, buscando o aprofundamento teórico. Diante disto, buscou-se realizar um estudo sistematizado a partir dos materiais publicados, em livros e revistas, focando as publicações nas áreas da Educação, Sociologia e Psicologia.

Para uma melhor reflexão e aprofundamento sobre as categorias da pesquisa, o estudo de alguns autores foi fundamental, dentre os quais destaco: Dayrell, Velho, Juncken, Carrano,



Sposito, Piaget, Moran, Moretto, Arroyo e Vygotsky. Estes autores trazem contribuições significativas para pensarmos e repensarmos os jovens que habitam diferentes sociedades de maneira mais ampla, partindo da perspectiva interacionista do desenvolvimento humano.

Contudo, não se tem o propósito de esgotar o assunto, mas trazer contribuições que sejam elucidativas e elementos que auxiliem a repensar o papel da instituição escolar no desenvolvimento da autonomia e da construção de um projeto de vida por parte dos jovens.

Revisão de literatura

Uma reflexão sobre o papel da escola no processo de definição do projeto de vida no âmbito da juventude exige, primeiramente, o esclarecimento do que se compreende a respeito da categoria juventude.

No entanto, a categorização da juventude é algo extremamente complexo e impreciso, uma vez que é uma categoria socialmente produzida e que, em função disto, não pode estar presa a critérios de idade e/ou desenvolvimento biológico (DAYRELL, 2005, p.34).

Desta forma, a noção de juventude deve ser entendida, ao mesmo tempo, como uma condição social e uma representação, onde há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo em determinada faixa etária, na qual completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, mas onde também há as diversas maneiras de se viver, lidar e representar este momento no interior de cada grupo social.

Neste sentido, JUNCKEN (2005, p.16) afirma que a juventude é simultaneamente uma representação sócio-cultural e uma situação social e que por isto, *“precisamos falar de juventudes e não de juventude, já que existem distinções sociais, históricas, raciais, de etnia e de gênero que atravessam este grupo etário”*.

SPOSITO & CARRANO (2003, p.17) afirmam que a adoção do termo *“juventudes”*, no plural, surge pela necessidade de abarcar a diversidade de formas de ser jovem de acordo com a classe social, o lugar onde vivem, as gerações as quais pertencem e a diversidade cultural.

Assim, compreender os jovens, antes de nada é necessário conhecê-los em sua realidade, descobrindo os diferentes modos pelos quais eles constroem a sua experiência, refletindo sobre o contexto em que estes estão inseridos, os diversos problemas que enfrentam, tais como a pobreza, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, as demandas de escolarização e de formação profissional que a vida moderna exige, dentre outros.



Ao pensarmos na vivência da juventude como momento crucial para que os jovens se desenvolvam plenamente como adulto e cidadão, torna necessário refletir sobre os tempos, espaços e relações de qualidade que possibilitem a cada um experimentar e desenvolver suas potencialidades (DAYRELL, 2005, p. 34) de forma a contribuir para a sua inserção social, a partir da definição do seu projeto de vida.

Para PIAGET (1979, p.30), é no final da infância, através da organização autônoma das regras, dos valores, da afirmação da vontade que a personalidade começa a se formar, sendo que esses aspectos subordinam-se num sistema único e pessoal e vão-se exteriorizar na construção de um projeto de vida. Assim, esse projeto é que vai nortear o indivíduo em sua adaptação ativa à realidade, que ocorre através de sua inserção no mundo do trabalho ou na preparação para ele, quando ocorre um equilíbrio entre o real e os ideais do indivíduo, isto é, de revolucionário no plano das ideias, ele se torna transformador, no plano da ação.

Neste sentido, DAYRELL (2005, p. 34) afirma que o projeto de vida pode ser entendido como:

A ação do indivíduo de escolher um, dentre os futuros possíveis, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substância em objetivos passíveis de serem perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida. Os projetos podem ser individuais e/ou coletivos; podem ser mais amplos ou restritos, com elaborações a curto ou médio prazo, dependendo do campo de possibilidades. Quer dizer, dependem do contexto sócio- econômico- cultural concreto no qual cada jovem se encontra inserido, e que circunscreve suas possibilidades de experiências. O projeto possui uma dinâmica própria, transformando-se na medida do amadurecimento dos próprios jovens e/ou mudanças no campo de possibilidades.

O mesmo autor também afirma que um projeto de vida se realiza na junção de duas variáveis, onde a primeira diz respeito à identidade e a outra é relacionada ao conhecimento da realidade.

Ao se remeter à questão da identidade, DAYRELL (2005, p. 35), afirma que “*quanto mais o jovem se conhece, experimenta as suas potencialidades individuais, descobre o seu gosto, aquilo que sente prazer em fazer, maior será a sua capacidade de elaborar o seu projeto*”.

Ao considerarmos a análise do desenvolvimento humano realizada por VYGOTSKY (1994, p.90), pautada na visão interacionista, temos que todo desenvolvimento é alicerçado sobre o plano das interações, ou seja, no plano intersubjetivo, através das “*trocas do sujeito*”



com o outro, o seu objeto social”. Assim, podemos também afirmar que a identidade é construída a partir de um processo relacional, onde um indivíduo só toma consciência de si na relação com o outro.

Diante disto, fica evidente a importância do meio social, ou seja, grupo de amigos, das esferas culturais, das atividades de lazer, da escola, entre outros, como espaços que podem contribuir na construção de identidades positivas.

Neste mesmo sentido, VELHO (2008, p.30) também afirma a importância das interações estabelecidas pelo sujeito no processo de definição do projeto de vida, utilizando as palavras a seguir:

Não é e nem pode ser fenômeno puramente subjetivo, apesar de estar relacionado com fantasias, sua **matéria-prima é cultural** e de certa forma tem que ‘fazer sentido’, num processo de interação com os contemporâneos, mesmo que seja rejeitado. Os contemporâneos do sujeito serão aliados, inimigos ou indiferentes, cujos projetos e condutas darão os limites dos projetos do sujeito.

Com relação à outra variável trazida por DAYRELL (2005, p. 36), ou seja, a interferência do conhecimento da realidade no processo de elaboração do projeto de vida, temos que:

Quanto mais o jovem conhece a realidade em que se insere, compreende o funcionamento da estrutura social com seus mecanismos de inclusão e exclusão e tem consciência dos limites e das possibilidades abertas pelo sistema na área em que queira atuar, maiores serão as suas possibilidades de elaborar e de implementar o seu projeto. (Dayrell, 2005)

Diante do exposto, é visível que as duas variáveis demandam espaços e tempos de experimentação. Assim, ao partir da premissa de que a instituição escolar representa um espaço ideal para realização desta experimentação, ou até mesmo um suporte institucional que mediatiza as relações dos jovens com a sociedade, facilitando o trabalho psíquico de escolhas e decisões pessoais é que o cumprimento da sua função social tem sido questionado.

Neste sentido, MORETTO (2001, p. 95) afirma que *“a função social da escola é ajudar a formar gerentes de informação e não meros acumuladores de dados”*. GALLO (2008, p.16) complementa a ideia do papel da escola ao expor:

Não podemos, (...) perder de nosso horizonte que a utopia que nos guia é algo bem maior: a criação de uma concepção de saber que vislumbre a



multiplicidade sem a fragmentação; um currículo e uma escola na qual as crianças possam aprender sobre o mundo em que vivem, um mundo múltiplo e cheio de surpresas, e possam dominar as diferentes ferramentas que permitem o seu acesso aos saberes possibilitados por esse mundo, e possam aprender a relacionar-se com os outros e com mundo em liberdade.

Segundo MORAN (2005), a escola cumprirá a sua função social a partir do momento que conseguir *“organizar os processos de aprendizagem dos alunos, de forma que eles desenvolvam as competências necessárias para serem cidadãos plenos e contribuam para melhorar nossa sociedade”*.

Desenvolver estas competências para o exercício da cidadania significa romper com práticas tradicionais, conteudistas, que assolam o sistema escolar brasileiro. Significa conceber a Educação de forma mais abrangente, não a limitando à Educação escolar. Sendo necessário o desenvolvimento de ações que visem o desenvolvimento pessoal, profissional, as relações sociais e o trato com as questões do bem-comum, para que a escola possa auxiliar os jovens no exercício da vida pública.

Diante deste quadro, torna-se urgente a ressignificação do espaço escolar, através do seu fortalecimento a partir da participação de todos. Contudo, o ponto de partida para esta ressignificação deste espaço perpassa pela necessidade de reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, sistematização de práticas educativas e de gestão, que viabilizem a ação coletiva.

Contudo, a implementação deste novo Projeto Político Pedagógico precisa assumir que a escola não é apenas:

Um transmitir o saber acumulado, mas um tempo de reconhecer que na escola, nas salas de aula há autores, que continuam esses processos de partir das experiências sociais de resistência onde as suas e dos seus coletivos sociais estão inseridas. Explicitar em coletivo seus significados para entender-se na ordem-desordem social.(ARROYO, 2011, p.282)

Deste modo, os Projetos Políticos Pedagógicos precisam ser contextualizados historicamente e socialmente, tendo em vista que ele sempre estará inserido num momento e num lugar determinado, dos quais refletem valores e concepções.

Para tanto, um projeto político pedagógico precisa ter a sua intencionalidade como princípio norteador. Todo projeto implica a explicitação de uma determinada intenção de ações, da definição a respeito dos fins que se quer alcançar, que se sustentam em seus valores,



valores esses criados e estabelecidos pelos sujeitos participantes das ações, ficando explícita uma filosofia de ação.

Nestes termos, afirma-se que,

O projeto político pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação do seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 1998, p.9)

Desta maneira torna-se importante destacar que a elaboração do projeto político-pedagógico (PPP) demanda a inflexão sobre a realidade escolar, peculiar a cada instituição. Esta inflexão significa conhecer seus problemas, debruçar-se sobre eles, buscando encontrar meios coletivos para solucioná-los. Afinal, o trabalho pedagógico que o projeto explicita tem como meta a preparação e a capacitação política dos cidadãos de uma nova sociedade, que se deseja mais justa e humana.

É necessário conhecer e apreender a realidade de cada instituição escolar que comporta demandas específicas, dinâmica organizacional própria, e também, considerar as comunidades, escolar e extra-escolar, com suas expectativas e necessidades, pois a elaboração de um projeto político-pedagógico, na perspectiva de gestão democrática colegiada, visa o alcance das metas e objetivos propostos pelo seu coletivo. É por essa perspectiva, que o desenvolvimento do PPP vislumbrará legitimidade institucional e adesão de forma colaborativa, configurando-se com o resultado da reflexão e ação conjunta.

O projeto político-pedagógico, concebido na perspectiva dialógica e democrática caracteriza-se, assim, como voz plural dos diferentes protagonistas que interagem na dinâmica pedagógica e organizacional da escola. Isto porque ele adquire legitimidade à medida que expressa concepções e proposições da comunidade escolar. Portanto, o PPP não pode ser resultado somente das reflexões do diretor e da equipe de gestão, devendo ser construído com a participação efetiva de todos os sujeitos – crianças e adultos, professores/educadores e profissionais não docentes, famílias e população em geral – levando em conta suas necessidades, especificidades, realidade.

A reflexão em torno do PPP exige a identificação da filosofia político-pedagógica da comunidade que norteará todo o planejamento e organização escolar, e para tanto é necessário refletir coletivamente sobre as seguintes indagações:



- a. Qual o papel da escola no seu entorno (comunidade local) e na sociedade?
- b. Qual a concepção de escola e de educação que queremos veicular na sociedade contemporânea?
- c. Qual o papel da nossa escola e como esta se relaciona com a sociedade?
- d. Que tipo de formação homem-mundo queremos implementar?
- e. A que criança/jovem se destina?
- f. O que é necessário ensinar?
- g. Como ensinar?
- h. De que forma, o que e como avaliar?
- i.

Ao responder tais questionamentos a comunidade escolar terá mais facilidade e clareza para fundamentar suas decisões e incluir tudo o que se oferece intencionalmente para o jovem aprender, abrangendo não apenas conceitos, mas também princípios, procedimentos, atitudes, os meios pelos quais a escola oferece tais oportunidades e formas de avaliação, servindo para orientar a prática pedagógica.

Ao inserirmos os jovens no processo de discussão e elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, contextualizamos o ensino ofertado à realidade educacional almejada, estimulando-os a tomarem iniciativa dos projetos a serem desenvolvidos, ao mesmo tempo em que estamos criando oportunidade destes vivenciarem possibilidades de escolha e de responsabilidades, tornando a escola em um local privilegiado para favorecer o desenvolvimento do ser humano, capaz de auxiliar os jovens na definição dos seus projetos de vida, contribuindo com a sua inserção na sociedade através da inter-relação pessoal e da capacitação para atuar no grupo que convive.

Análise e discussão dos resultados

Mesmo presente nos discursos oficiais que a escola possui o papel de formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, as instituições escolares



não estão assumindo a formação do ser humano em sua completude, ou seja, não estão cumprindo a sua função social.

Segundo DAYRELL (2005, p.37), as pesquisas vêm evidenciando que a instituição escolar, principalmente a escola pública, não vem cumprindo este papel, tendo em vista que pouco conhece o jovem que a frequenta, a sua visão de mundo, os seus desejos, o que faz fora da escola.

Neste sentido ARROYO (2011, p.262) também apresenta uma crítica a respeito da ausência dos sujeitos sociais nos currículos e alerta que os educandos:

Passarão anos, na educação fundamental, completarão a educação média e sairão sem saber nada ou pouco de si mesmos, como crianças, adolescentes ou jovens-adultos na EJA. Poderão sair dominando conhecimentos a que têm direito, da natureza, das ciências, das letras, da história, do espaço, mas talvez não tivessem oportunidade de saber sobre suas vivências do espaço, da vida, do trabalho e da sobrevivência, nem sobre a história de seus coletivos. Conhecimentos fundamentais a que também têm direito.

Diante disto, fica evidente que mesmo a escola sendo reconhecida como instituição que contribui na construção de identidades positivas, tendo em vista que é um espaço propício para a interação social, o sistema educacional brasileiro, no afã de “passar conteúdos”, contenta-se com o acúmulo estéril de informações, desvia-se dos ideais educativos e descuida-se do homem, não conseguindo estabelecer o equilíbrio entre o “ser saber” e o “saber ser”. Ou seja, as instituições escolares ao elaborarem o seu projeto político pedagógico enfocam a formação cognitiva do sujeito em detrimento da formação do sujeito social, consciente, equilibrado e responsável. Isto leva a uma crise da instituição escolar o que refleti na conformação de uma sociedade conservadora, injusta, violenta e corrompida.

Além disto, no seio da instituição escolar ainda predomina uma representação negativa e preconceituosa em relação à juventude. O jovem, segundo DAYRELL (2005, p.37) é visto na perspectiva da falta, da incompletude, da desconfiança. Na mesma direção, ARROYO (2011, p.275) afirma que muitas vezes os jovens são vistos como os que não se interessam pelos estudos, são infrequentes, desatentos.

Esta visão estigmatizada do jovem, destacada pelo sistema escolar, coloca este espaço à serviço do jogo político do conservadorismo, da manutenção da estratificação social de classes. Neste sentido, ARROYO (2011, p.228) afirma que:



O sistema escolar é “obrigado” a confirmar a velha história de não reconhecimento do direito de serem cidadãos legítimos dos lugares-espacos legítimos da escola: ter de reconhecer que não está sendo capaz de quebrar a preserva trajetória de recluir os outros a não lugares.

Diante do exposto, fica evidente a urgência de se repensar a identidade do sistema escolar, fortalecendo esta instituição como locus fundamental no processo de desenvolvimento do ser humano, capaz de contribuir significativamente para sua inserção social. O fortalecimento da instituição escolar, através da inserção dos pressupostos democráticos e participativos pressupõe destacar o protagonismo juvenil positivo, onde a escola oportunizará a vivência do diálogo, da negociação e da convivência com as diferenças sociais.

Segundo DAYRELL (2005, p.37) para o desenvolvimento do protagonismo juvenil é necessário desenvolver um novo tipo de relacionamento entre jovens e adultos, onde “*o adulto deixa de ser um transmissor de conhecimentos para ser um colaborador e um parceiro do jovem na descoberta de novos conhecimentos e na ação comunitária*”.

A vivência desta participação no âmbito escolar implica reconhecer e lidar com o jovem como sujeito. Implica percebê-lo como realmente é, além da sua condição de aluno, ou seja, percebê-lo como “*um indivíduo que ama, sofre, se diverte, pensa a respeito das suas experiências, interpreta o mundo, tem desejos e projetos de vida*”. (DAYRELL, 2005, p.37).

Ao defendermos o protagonismo juvenil, atribuímos à escola a tarefa de escutá-los, considerá-los como interlocutores válidos, tomá-los como parceiros na definição de ações que possam potencializar o que já trazem de experiências de vida. Também atribuímos à escola a missão de se tornar um espaço de produção de ações, de saberes e relações, partindo da crença na capacidade do jovem, na sua criatividade e com isto, apostando no que ele sabe e quer dominar.

Nessa perspectiva, ARROYO (2011, p.264) afirma a necessidade das escolas “*abrirem espaço para as narrativas da vida, das vivências que essas infâncias e adolescências, que os jovens e adultos na EJA carregam para o tempo da escola*”, com o objetivo de reconhecê-los autores de experiências positivas.

Deste modo, percebe-se a necessidade de ressignificação da escola, a partir da reelaboração do Projeto Político Pedagógico na sua dimensão educacional, cultural e social, de forma participativa e democrática, o que pode ser considerado essencial ao processo de construção de uma perspectiva de futuro para os jovens. A partir de sua ressignificação, a escola passará a ser vista:



- Como espaço de aprendizagem potencializado quando o jovem assume o lugar de sujeito da construção do conhecimento, investindo e participando de atividades educativas da escola;
- Como espaço de intervenção social que instiga reflexão crítica sobre o papel da escola na formação juvenil, sobre as políticas educacionais e impulsiona atuação propositiva e transformadora;
- Como espaço de articulação de interesses coletivos, fortalecido pelas mobilizações estudantis, organização de grêmios e de outras formas de representação;
- Como espaço de convivência social em que os jovens tecem um conjunto de relações entre seus pares e a dialogam com a diversidade cultural do local em que vivem gerando suas próprias formas de sociabilidade;
- Como espaço institucional em que jovens interagem com uma estrutura hierárquica, parâmetros, normas e regras de funcionamento.
(INSTITUTO CREDICARD, 2005, p.45)

Com relação à necessidade de fortalecimento da instituição escolar a partir da participação da comunidade escolar, CARNEIRO (2002), partindo da teoria da resiliência, afirma que é necessária a promoção das seguintes ações no interior do ambiente escolar:

- Oferecer afeto e apoio proporcionando respaldo incondicional, como base e sustentação e do sucesso acadêmico. Sempre deve haver um “adulto significativo” na escola disposto a “dar a mão” que necessitem os alunos para o seu desenvolvimento educativo e sua contenção afetiva;
- Estabelecer e transmitir expectativas elevadas e realistas para que atuem como motivadores eficazes, adotando a filosofia de que “todos os alunos podem ter sucesso”;
- Oferecer oportunidades de participação significativa na resolução de problemas , construção de metas, planejamento, tomada de decisões (...). Que a aprendizagem se torne mais “prática”, o currículo seja mais “pertinente” e “atento ao mundo real” e as decisões se tomem entre todos os integrantes da comunidade educativa. (...);
- Enriquecer os vínculos pró-sociais com um sentido de comunidade educativa. Buscar uma conexão família-escola positiva.
- É necessário oferecer capacitação ao pessoal sobre estratégias e políticas de aula que transcenda a ideia da disciplina como um fim em si mesmo. É preciso dar participação ao pessoal, aos alunos (...) na construção de tais políticas. Assim se lograrão fixar normas e limites claros e condensados, mais legítimos e fáceis de ser cumpridos;
- Ensinar “habilidades para a vida”: cooperação, resolução de conflitos, destrezas comunicativas, habilidades para resolver problemas e tomar decisões, etc. Isso só pode acontecer quando o processo de aprendizagem está fundamentado na atividade conjunta e cooperativa dos estudantes com os docentes.



Desta forma, a escola torna-se um centro de estímulo à sociabilidade, à partir da aprendizagem das regras e vivências coletivas e do exercício da participação, reencontrando, assim, a vocação da escola como um espaço de formação humana, pois terá estará desenvolvendo aspectos centrais na construção de identidades positivas e na elaboração de projetos de vida.

Considerações finais

Ao longo do trabalho, a instituição escolar é defendida como um locus privilegiado para o desenvolvimento do ser humano, capaz de auxiliar os jovens no processo de definição dos seus projetos de vida e conseqüentemente com a inserção social dos mesmos.

Contudo, percebe-se que o modelo escolar ainda dominante na nossa sociedade, é um modelo pautado no autoritarismo e nas concepções e práticas pedagógicas tradicionais e conteudistas. A ausência de um projeto que priorize o alcance da função social desta instituição, leva ao seu enfraquecimento, uma vez que este modelo não responde às demandas do mundo atual.

Diante disto, constata-se a necessidade de fortalecimento da instituição escolar através da definição do Projeto Político Pedagógico de forma participativa, democrática e condizente com a realidade local. Afinal, somente quando temos a efetiva participação social na definição das prioridades é que as necessidades sociais e culturais podem ser validadas em âmbitos concretos nas unidades escolares.

O fortalecimento da instituição escolar, através da inserção dos pressupostos democráticos e participativos pressupõe destacar o protagonismo juvenil positivo, onde a escola oportunizará a vivência do diálogo, da negociação e da convivência com as diferenças sociais.

Para tanto, cabe à escola desenvolver uma escuta mais sensível para a demanda dos alunos como sujeitos na construção do Projeto Político Pedagógico, instituindo práticas sistemáticas de construção coletiva do mesmo, de forma a integrar todos os segmentos da escola e a comunidade escolar. Além disto, cabe à escola revitalizar os Conselhos Escolares, estimular e apoiar a organização dos Grêmios Estudantis como forma de garantir a efetiva gestão democrática e o planejamento participativo.



Ao estabelecer relações mais democráticas, a escola será vista como um complexo espaço de interações, que prioriza o diálogo, a convivência com o outro e principalmente a atuação juvenil frente às demandas da instituição. Desta forma, permitirá a participação, o desenvolvimento pessoal de ideias e formas de percepção da realidade, a criação da alteridade, da tolerância, a elevação da autoestima e do sentimento de pertencimento e capacidade de decisão.

Através do incentivo ao protagonismo juvenil, a escola contribuirá para formar o cidadão, ampliando e fortalecendo sua capacidade de participação crítica e transformadora, bem como para formá-lo enquanto pessoa, sujeito autônomo, capaz de tomar decisões na sua trajetória pessoal e social.

Diante disto, constata-se que a escola precisa assumir a sua função social, modificando as relações que perpassam o universo escolar, criando mecanismos e ações que favoreçam o desenvolvimento das competências nas dimensões do ser, do conviver, do fazer e do conhecer. Desta forma, a escola assumirá um importante papel na definição do projeto de vida pelos jovens.

No entanto, faz-se necessária a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema, abordando aspectos metodológicos, organização curricular, organização do tempo e espaço escolar, avaliação escolar e principalmente sobre os desafios impostos à atuação docente para o cumprimento da função social da escola.

Referência bibliográfica

- ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CARNEIRO, A.G.D. Prevenção da violência na escola: experiências exitosas na América Latina. In: *Escola que protege no Paraná: ampliando laços, consolidando vínculos*. Organizado por Catarina Moro, Evelcy Monteiro machado, Lennita Oliveira Ruggi, Paulo Vinícius Baptista da Silva e Valéria Floriano Machado. Curitiba, Setor de Educação e Cátedra UNESCO de Cultura da Paz. UFPR, 2012, p.117 - 142.
- DAYRELL, J. Por uma pedagogia da juventude. *Revista Onda Jovem*, Edição nº1, p. 34-37, mar.2005.
- DAYRELL, J. T. Juventude e escola. In: SPOSITO, M. (Org.). *O estado da arte sobre juventude na pós graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 57-126.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 24ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2001.



- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GALLO, Silvio; Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar. In: *O sentido da Escola*. ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (orgs.)
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008
- INSTITUTO CREDICARD. *Jovens Escolhas em Rede com o Futuro*. São Paulo: Instituto Credicard, Editora Umbigo do Mundo, 2005.
- JUNCKEN, E. T. *Juventude pobre, participação e redes de sociabilidade na construção do projeto de vida*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- MORAN, José. *Aprender e colaborar*. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/c> Acesso em: 10/04/2011.
- MORETTO, Vasco Pedro. *Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PIAGET, Jean. *Aprendizagem e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979
- SACRISTÁN, J. G. *O aluno como invenção*. Porto: Porto, 2003.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.24, p.16-38, set./out./nov./dez. 2003.
- SPOSITO, M. (Org.). *O estado da arte sobre juventude na pós graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- SPOSITO, Marília Pontes e Carrano, Paulo. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Osmar Fávero et al. (Org.). *Juventude e Contemporaneidade*, Brasília, MEC. 2007.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998.
- VELHO. G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.